



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 235 do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10 de dezembro de 2024:

“Art. 235.....

.....

§ 3º As deduções estabelecidas neste artigo, inclusive aquela prevista no inciso I do § 1º, bem como todas aquelas aplicáveis às operadoras de planos de saúde, ficam mantidas na hipótese de valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados, caso a operação seja beneficiada pela redução de alíquotas estabelecida no inciso I do caput do art. 270 desta Lei Complementar.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A limitação em 50% da dedução dos custos com repasses de honorários aos médicos cooperados provoca impacto concorrencial negativo no setor de planos de saúde. Da maneira como está posto na Reforma Tributária, as operadoras comerciais podem deduzir a integralidade das despesas com médicos, enquanto as operadoras cooperativas deduzem apenas 50% dessas despesas. Acaba por não só alijar as operadoras cooperativas do regime próprio dessas sociedades, como também impacta seu custo, prejudicando fortemente o cooperativismo e sua competitividade, em descompasso com o artigo 174, § 2º e artigo 156-A, § 6º, inciso III, alínea ‘a’ da Constituição Federal.



Esse cenário também é prejudicial à população brasileira, pois o sistema cooperativo tem uma capilaridade muito grande em todo País, atuando, inclusive, em municípios inatingíveis (por falta de interesse econômico, inclusive) pelas operadoras comerciais. As cooperativas de saúde brasileira compreendem cerca de 38% desse mercado, cobrindo mais de 92% do território nacional. O referido aumento desproporcional no custo das operadoras cooperativas acabaria por levar a um incremento do custo do plano, evasão do modelo, evasão da saúde suplementar e aumento de despesas do SUS com a migração desse usuário para a saúde pública.

Diante da importância desta emenda para garantia de maior justiça tributária para o setor, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de dezembro de 2024.

Senador Efraim Filho
(UNIÃO - PB)

